

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE PLANALTINA

LEONARDO FERREIRA DA SILVA

O olhar ambiental do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos sobre o Sertão
Goiano no início do século XIX

PLANALTINA - DF

2013

LEONARDO FERREIRA DA SILVA

O olhar ambiental do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos sobre Sertão
Goianono início do século XIX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Gestão Ambiental, como requisito parcial
à obtenção do título de bacharel em Gestão
Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Irineu Tamaio

PLANALTINA - DF

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Leonardo Ferreira da

O olhar ambiental do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos sobre o Sertão Goiano no início do século XIX / Leonardo Ferreira da Silva. Planaltina-DF, 2013. 42 f.

Monografia - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientador: Irineu Tamaio

1. História Ambiental 2. Sertão Goiano 3. Marechal Cunha Mattos 4. Província de Goiás 5. Cerrado. I. SILVA, Leonardo Ferreira da. II. Título.

LEONARDO FERREIRA DA SILVA

O olhar ambiental do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos sobre sertão goiano no início do século XIX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Banca Examinadora:

Planaltina-DF, 08 de março de 2013.

Prof. Dr. Irineu Tamaio

Prof^a. Dr^a. Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Prof^a. Dr^a. Regina Coelly Fernandes Saraiva

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

(Euclides da Cunha)

Resumo

O presente trabalho analisa e problematiza a visão socioambiental do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839) sobre o Sertão Goiano nas primeiras décadas do século XIX, a partir da sua obra “Corografia Histórica da Província de Goiás”. Cunha Mattos foi um importante personagem no processo de construção do Brasil que acabara de nascer. Isto porque com seus escritos e com a sua atuação na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contribuiu para uma determinada visão conceitual de Sertão junto à elite da costa litorânea. Em 1823 o Imperador D. Pedro I o nomeou governador de armas da província de Goiás. Durante seu governo o Marechal produziu vários documentos retratando as características da região, desde questões geográficas a assuntos históricos populacionais. A pesquisa mostra que frente à historicidade das suas leituras, elas representaram uma concepção de Sertão, com significações ambientais. Esses relatos tiveram um papel importante na formação do imaginário nacional sobre o Sertão, sobre o Cerrado.

Palavras-chave: História Ambiental; Sertão Goiano; Marechal Cunha Mattos; Província de Goiás; Cerrado.

Abstract

The present paper analyzes and discusses the social and environmental vision of Marshal Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839) on the goiano's wilderness in the first decades of the nineteenth century, from his work (Chorography Historical Province of Goiás). Cunha Mattos was an important persona in the process of nation building that had just been born. This is because with his writings and his role in the creation of the Brazilian Historical and Geographical Institute, Cunha Mattos contributed to establish a conceptual view of the Hinterland with the elite of the coastline. In 1823 the Emperor D. Pedro I appointed him governor of the province of Goiás. During his administration, the Marshal produced several documents portraying the characteristics of the region, since the geographical issues historical matters population. In front of the historicity of their readings, this research shows that, they represented a conception of wilderness, with environmental meanings. These reports played an important role in shaping the national image on the wilderness, about Brazilian Savana.

Key-word: Environmental History; Goiano's Wilderness; Marshal Cunha Mattos; Province of Goiás; Brazilian Savana.

Lista de abreviaturas e siglas

CF – Constituição Federal

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PROBIO - Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Sumário

Introdução	9
1. História Ambiental: construindo novos sentidos para a natureza	12
1.1 Cerrado: fonte de pesquisa histórico-ambiental	15
2. Cunha Mattos: um Marechal em terras sertanejas.....	20
2.1 O Contexto Histórico: da transição colonial à independência	22
2.2 Goiás no início do século XIX: de capitania à província.....	24
3. Análise da “Corografia Histórica da Província de Goiás”: a visão de Cunha Mattos sobre o homem e a natureza sertanejas.....	28
3.1 Descrição Histórica e a importância da publicação	28
3.2 Análise dos dados historiográficos da obra.....	30
Conclusão	38
Referências Bibliográficas.....	40

Introdução

O meio ambiente torna-se importante para entender as configurações das sociedades passadas, e a História Ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana. Portanto é possível compreender como as populações pretéritas interagem com a natureza, analisando suas atitudes e interpretações sobre o meio natural e as possíveis repercussões dessas compreensões nos dias atuais.

As compreensões do Sertão Goiano construídas pelo imaginário nacional são frutos também dos cronistas e viajantes que por aqui passaram nos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, o gestor ambiental atua com significações, conceitos que são produzidos historicamente. Por ser uma ciência multidisciplinar, a Gestão Ambiental engloba vários ramos do conhecimento, inclusive a História Ambiental. As anotações de Cunha Mattos são fontes riquíssimas para entendermos como a elite pensante do litoral elaborou um conceito de Sertão, que mais tarde, viria a ser conhecido como Cerrado (SARAIVA,2004; LEONARDI, 1996).

Esse ecossistema sofreu nos últimos cinquenta anos, uma forte ocupação, que devastou muitas de suas áreas. Essa devastação é fruto da ocupação do interior brasileiro. Por um lado, decorre da criação de grandes cidades como Brasília, Goiânia e Palmas e, por outro, decorre da expansão agrícola proporcionada por novas técnicas de plantio e correção do solo, permitindo o uso intensivo de terras antes consideradas inférteis.

Desvelar as compreensões elaboradas por esses viajantes do período da expansão colonial para o oeste, e como interagem com o Sertão, é importante para se pensar criticamente a construção de uma imagem sobre o espaço natural e social do estado de Goiás e conseqüentemente, para a dimensão ambiental construída historicamente.

O presente trabalho busca analisar e problematizar a visão do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos em relação ao homem e o meio ambiente sertanejos no início do século XIX. Sendo um militar enviado para ser o governador de armas da província de Goiás, era um homem letrado, portanto, tinha condições de desenvolver documentos que naquela circunstância histórica revelou um particular modo de compreensão e significação humana do ambiente. Assim esse trabalho entende que

analisar a compreensão desse personagem histórico é pensar as paisagens do Sertão Goiano como configuração histórica, dimensões de uma História Ambiental (CARVALHO, 2011; PÁDUA, 2010). O seu livro intitulado: “Corografia Histórica da Província de Goiás” foi escolhido por ter sido a obra que retratou bem o seu olhar sobre as características socioambientais dessa região.

Mas por que a escolha por Cunha Mattos? Embora tenham existido vários outros cronistas que viajaram pelo Sertão Brasileiro, como “Johann Emanuel Pohl (1782-1834), Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853), Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (1758-1812)” (BERTRAN, 2000) entre outros. Cunha Mattos se diferencia do demais por sua trajetória de vida. Foi um militar que viveu períodos de sua vida em três continentes: Europeu, Africano e Americano. Participou de alguns conflitos armados, ocupou cargos administrativos no Brasil Joanino, e no Brasil independente, elegeu-se deputado por Goiás duas vezes.

Além dessa trajetória, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que possuiu na época do Império grande prestígio intelectual, sendo o maior expoente da produção histórica e geográfica do país. Portanto, como o nacionalismo deve ser o sentimento que emana dos povos das grandes nações, escolher um indivíduo que pensou o Brasil como uma Pátria, pesquisar sua vida e sua obra, torna-se não somente uma opção, mas sim uma forma de contribuir para o entendimento do pensamento nacional brasileiro.

Para tanto, a metodologia compreende dois momentos: os dados primários, que foi a análise documental da obra do autor, e os dados secundários, aqui constituídos como revisão bibliográfica, com a análise de artigos, teses e livros de História.

O trabalho é estruturado em três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo há o referencial teórico. É apresentado um pouco da História Ambiental, suas origens, sua importância e sua etimologia. Sendo um ramo do conhecimento recente, sua contribuição para o conhecimento é bem proveitosa. É também diagnosticada sua interação com a Gestão Ambiental, pois o profissional do meio ambiente pode ser mais qualificado quando concebe uma visão abrangente que inclua também a História Ambiental de determinada região de seu interesse.

Neste capítulo há também uma breve síntese do Bioma Cerrado. Demonstrando sua atual conjuntura, marcada pelo avanço de sua destruição. Isto é vinculado ao fato do objeto da pesquisa estar relacionado com essa região no início do século XIX. O planalto central tem importância no contexto da geopolítica nacional, portanto, estudar as concepções de natureza que havia no passado torna-se útil para se repensar os atuais métodos de exploração desse ambiente.

No segundo capítulo são apresentados os seguintes temas: breve biografia do Marechal Cunha Mattos; contexto histórico nacional e contexto histórico da província de Goiás. Isso foi necessário para que o leitor tivesse uma ideia da conjuntura da época, em que são evidenciados os fatores que levaram Cunha Mattos a ter a possibilidade de produzir sua obra sobre o Sertão Goiano. Entender o contexto do período ajuda na compreensão do olhar que o Marechal tinha sobre a relação entre o ser humano e a natureza sertaneja.

O terceiro e último capítulo é dedicado à análise e interpretação do livro de Cunha Mattos sobre a província de Goiás. Em um primeiro momento há uma breve explicação da produção e publicação da obra.

Na análise propriamente dita, são transcritos trechos da obra do Mattos, em que o Marechal enuncia em relatos as suas compreensões sobre a relação entre o ambiente natural e as populações que ali habitavam. Foi possível até mesmo encontrar fragmentos do texto em que Cunha Mattos denunciou a falta de manejo com a mata nativa, no qual ocorreram práticas danosas para o meio ambiente.

Portanto esse trabalho propõe uma viagem ao Sertão Goiano do início do século XIX, sob a ótica ambiental de um marechal português; que assumiu um importante cargo público nessa região e viajou por essas terras durante vários anos.

1. História Ambiental: Construindo novos sentidos para a natureza.

Nos últimos anos a questão ambiental vem tornando-se recorrente em todos os campos do conhecimento. Nessa toada, a História não ficaria distante de tal integração entre os diversos campos. Sendo assim, nas últimas décadas essa integração fez nascer um novo ramo dentro dessa ciência social: a História Ambiental.

Conforme afirma Pádua (2010), a História Ambiental, como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países, começou a estruturar-se no início da década de 1970. A primeira sociedade científica voltada para esse tipo de investigação, a American Society for Environmental History, foi criada em 1977.

Para este mesmo autor “o aparecimento da História Ambiental consciente de si mesma está ligado a uma ausência da dimensão biofísica em boa parte da historiografia contemporânea” (PÁDUA, 2010, p.91). Desse modo, a História Ambiental veio para preencher uma lacuna existente sobre o conhecimento dos fatos passados. Ela veio para identificar e analisar as inter-relações entre o homem e o meio ambiente.

Quanto às características metodológicas e analíticas da História Ambiental, Drummond (1991) avalia cinco características principais. Segundo o autor, a primeira característica é que:

Que quase todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante (DRUMMOND, 1991, p.182).

Isso revela um parentesco com a História Natural, que na maioria das vezes prospera melhor em cenários fisicamente circunscritos. Por vezes se dá um recorte cultural ou político à região estudada, mas sem esquecer as suas particularidades físicas e ecológicas: um parque nacional, a área de influência de uma obra (ferrovia, projetos de irrigação, represas etc.). As terras de povos nativos invadidas por imigrantes europeus etc.

A História Ambiental revela ligação também com a história regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos, embora tipicamente os limites dessas áreas sejam naturais, e não sociais ou políticos (DRUMMOND, 1991).

Uma segunda característica, segundo o autor, é o diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais - inclusive as aplicadas - pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas (DRUMMOND, 1991). Seguindo a tradição humanista das ciências sociais, inclusive da história regional, os historiadores ambientais usam textos básicos e avançados de geologia (inclusive solos e hidrologia), geomorfologia, climatologia, meteorologia, biologia vegetal e animal e ecologia.

Um terceiro traço da História Ambiental é explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas.

Segundo Drummond (1991) a quarta característica a considerar, de importância especial para os historiadores que valorizam as fontes, é a grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente. Podem ser usadas as fontes tradicionais da história econômica e social, censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias e crônicas.

Ainda para Drummond (1991) uma quinta e última característica da História Ambiental é o trabalho de campo. Frequentemente, os historiadores ambientais viajam aos locais estudados e usam as suas observações pessoais sobre paisagens naturais, clima, flora, fauna, ecologia e também sobre as marcas rurais e urbanas que a cultura humana deixa nessas paisagens.

Ainda tratando das características metodológicas e analíticas da História Ambiental, retomamos a fala de Soffiati (2013). Segundo esse pesquisador, para delimitar o campo da História Ambiental, a qual chama de eco-história:

É necessário o entendimento de que ela não é a história da natureza sem o ser humano, como propôs o grande historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, em sua história do clima. Também não é a história conforme a

conhecemos, na qual os humanos tratam a natureza não humana como palco, tão somente. Na verdade, esta história – econômica, social, política e cultural – não são produzidas pelos humanos, mas pelos historiadores (SOFFIATI, 2013)

Essa compreensão Soffiati (2013) propõe que a eco-história concentre o seu olhar naquele ponto em que as antropossociedades (sociedades humanas) se encontram com o que chamamos de natureza (ecossistemas) e com ela se relacionam de forma ativa. Esta concepção pressupõe que a natureza não-humana é também sujeito de História.

Já de acordo com Worster (1991), a História Ambiental pressupõe a existência de três níveis que precisam ser percebidos em conjunto, em suas interações mútuas e múltiplas linhas de causalidade. “O primeiro destes se relaciona com a natureza propriamente dita, orgânica e inorgânica, incluindo o organismo humano em sua relação com os diferentes ecossistemas” (WORSTER, 1991, p.202). Segundo o autor, seria a caracterização do ambiente como um todo, para que o leitor tenha uma visão plena da realidade encontrada naquele momento, nesse primeiro plano, a História Ambiental se aproxima muito da abordagem Antropológica.

Já o segundo nível na compreensão do mesmo autor, “diz respeito à constituição socioeconômica das sociedades, em sua inter-relação necessária com determinados espaços geográficos” (WORSTER, 1991, p.202). Essa análise está ligada aos meios de produção utilizados pelas populações, suas culturas materiais, e como era o relacionamento entre os diferentes indivíduos que coabitavam determinados espaços geográficos.

E o terceiro grande nível, finalmente, “diz respeito às dimensões cognitivas, mentais e culturais da existência humana, incluindo cosmologias, ideologias e valores” (WORSTER, 1991, p.202). Portanto é uma análise que busca entender como era o modo de pensar dessas sociedades e ainda, quais eram as interpretações que elas tinham do ambiente que as cercavam. Esse é o plano mais subjetivo e o pesquisador deve considerar as características ambientais como determinantes para compreender esse nível.

De acordo com essas proposições de Worster (1991), a pesquisa aqui desenvolvida está relacionada com que o autor denominou de terceiro nível, pois o tema abordado retrata as dimensões cognitivas, as significações que Cunha Mattos tinha de Sertão. Isso foi determinado pelas características do autor da obra analisada, o Marechal Raymundo José da Cunha Mattos. Sendo este um militar, e enviado da Corte para região de Goiás, teve a preocupação de relatar como eram as condições geográficas e humanas da província para servir de referência para os prováveis exploradores que colonizariam aquela região em um futuro próximo, deixando transparecer sua interpretação sobre a região.

Cunha Mattos com seus escritos trouxe um ponto de vista importante sobre o conceito de Sertão, que foi sendo internalizado pela elite pensante e político-administrativa, portanto pesquisar e estudar a sua obra contribui para pensarmos o processo de Gestão Ambiental na relação sociedade-natureza no Cerrado do Planalto Central.

1.1 Cerrado: Fonte de pesquisa histórico-ambiental

Desde a chegada dos portugueses, esta terra configurou-se como uma colônia de exploração. Os colonizadores tinham na, então Terra de Vera Cruz uma imensa fonte de matérias primas. A relação Metrópole-Colônia centrava-se no caráter exploratório da colonização, os diversos períodos econômicos pelos quais passaram o Brasil. Comumente, a História denomina estes períodos, onde um tipo de matéria prima era predominantemente explorado, como ciclos. São comuns as expressões “ciclo do Pau Brasil”, o “ciclo do Ouro”, o “ciclo da Borracha” e parece que caminhamos para o ciclo da soja.

Considerando o caráter predominantemente exploratório, o colonizador sempre buscava na natureza aqui existente uma nova fonte de riquezas. Este olhar sobre a natureza fomentou a extrema valorização da Mata Atlântica como fonte de recursos e a desvalorização do Cerrado, pois os colonizadores o viam como uma barreira a ser transposta para que se explorasse o seu interior. Sobretudo quando tratamos do ciclo do Ouro.

Ao longo do século do XX, o Cerrado foi considerado um Bioma de segunda categoria, não recebendo as mesmas atenções e cuidados que os seus vizinhos receberam. Exemplo nítido disso está na Constituição Federal da República, pois no capítulo que trata especificamente sobre o meio ambiente, o art. 225, o parágrafo § 4º versa que: a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional (CF, 1988).

Cumpra-nos questionar: e o Cerrado? Este Bioma não foi considerado pelos constituintes entre os principais Biomas do país, não merecendo, portanto o título de patrimônio nacional. Em decorrência da evidente desvalorização do Cerrado, aliado à expansão da agricultura moderna, a devastação acelera-se, causando incalculáveis problemas socioambientais.

O Cerrado possui uma área de 2,04 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a aproximadamente 22% do território nacional, é o segundo maior bioma brasileiro, somente superado pela Amazônia. O ecossistema Cerrado ocupa a área central do Brasil, englobando os Estados de Goiás, Distrito Federal, e parte dos Estados de Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins, Maranhão, Piauí, Pará, Paraná e São Paulo (SANO et al, 2008; SANO & FERREIRA, 2005; KLINK & MACHADO, 2005; SHIKI, 1997).

Na área do Cerrado é encontrado um terço da biodiversidade brasileira e cerca de 5% da flora e fauna mundiais. É considerada a savana mais biologicamente diversificada do mundo (HOGAN et al, 2002; SAWYER, 2002; MMA, 1999). Há uma grande diversidade de habitats e de espécies, e a maioria destas está restrita a áreas específicas que, em caso de destruição, seriam levadas à extinção (KLINK & MACHADO, 2005; HOGAN et al, 2002; SAWYER, 2002; MMA, 1999). Myers et al (2000), em um estudo que considera as regiões mundiais com maior concentração de espécies endêmicas e que apresentam, simultaneamente, maior perda de seu habitat, destacam 25 regiões (hotspots) prioritárias para investimentos em conservação ambiental. No Brasil, há dois destes hotspots: A Mata Atlântica e o Cerrado Brasileiro.

Os números referentes ao tamanho da área do Cerrado urbanizada ou convertida em pastagens ou lavouras divergem bastante, devido a questões metodológicas e à dificuldade de se monitorar o processo de ocupação do solo da região. Segundo Sano et al (2008), o mapeamento de uso da terra do Cerrado torna-se um desafio em decorrência

da extensão, da dinâmica acentuada da ocupação humana, da sazonalidade da vegetação natural e da confusão espectral entre certas classes temáticas.

Machado et al (2004) estimaram que, até o ano de 2002, 54,9% da área original do Cerrado já havia sido devastada. Já Mantovani e Pereira (1998) concluíram que aproximadamente 30% da área do Cerrado haviam sofrido forte ação antrópica, percentual próximo ao obtido por Klink e Moreira (2002),– 33,6% de área devastada. Sano & Ferreira (2005) e Sano et al (2008), por sua vez, utilizando dados do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (PROBIO/Cerrado), estimaram em aproximadamente 40% o percentual da área de Cerrado devastada até o ano de 2002.

Nesses últimos trabalhos foram considerados como áreas de vegetação nativa aproximadamente 280 mil quilômetros quadrados de pastagens nativas. Se estas áreas fossem consideradas como tendo intervenção antrópica, o percentual de área degradada subiria para 53,3%, resultado próximo ao encontrado por Machado et al (2004).

Embora divergentes, os números destacados são preocupantes, principalmente quando se leva em conta a velocidade do processo de degradação. Klink e Moreira (2002) estimaram que, de 1970 a 1995/96, as áreas ocupadas com lavouras aumentaram em 250%, as ocupadas com pastagens cultivadas, em 520%, e as áreas limpas, mas não utilizadas para cultivos ou que foram abandonadas, em 150%.

A principal causa do desmatamento do Cerrado é o avanço da agropecuária. Com o desenvolvimento da agricultura moderna, o centro-oeste brasileiro torna-se o grande celeiro do país, ou talvez até do mundo. A partir da segunda metade do último século, a produção de grãos atinge cifras enormes, colocando o Brasil entre os maiores produtores de soja e milho do planeta. Para que isso acontecesse foi necessária a eliminação de boa parte da vegetação do Cerrado.

Entretanto, antes dessa atual conjuntura, essa região possuía outros valores e significados. O nome Cerrado não era sequer utilizado e todo o interior do país era concebido apenas como Sertão. O Brasil se dividia em dois, o primeiro era localizado no litoral, desenvolvido, civilizado. O segundo localizava-se no interior, e era caracterizado como árido e selvagem. Seu acesso era difícil e em seu interior

predominavam culturas agressivas e de difícil dominação (SARAIVA,2004; BERTRAN, 2000; LEONARDI, 1996).

Segundo Saraiva (2004):

Seja qual for a definição, caracterização ou definição geográfica que se queira dar ao sertão, uma ideia que permeia o imaginário nacional, até os dias atuais, é a de que os sertões se identificam pela carência de civilização, está distante, é interior e, normalmente, pobre, e pertence ao espaço rural (p.80).

E esse imaginário nacional de Sertão, como atrasado, rural, anacrônico, foi em grande parte formado por meio das visões descritas nos relatos de viajantes, escritores, historiadores, naturalistas e personagens que empreenderam viagens de desbravamento, e que durante essas aventuras anotavam suas impressões e opiniões sobre o ambiente que encontravam.

Dessa forma, o Sertão não deveria ser compreendido como sinônimo de atraso, mas como arena em que emergiu grande parte da cultura brasileira. Para Leonardi (1996), ele tem a sua própria configuração histórico-temporal. O autor diz que:

A percepção do tempo também não é a mesma no sertão, onde o ritmo da vida é mais lento. Ritmo lento, conversa vagarosa, no sertão a natureza (a seca, a chuva, as enormes distâncias, a travessia dos rios, o sol escaldante nas chapadas) torna a percepção do tempo nada linear e faz dos viajantes solitários homens introspectivos (p. 313).

Esses viajantes cronistas eram originários dos centros de povoamento, das grandes cidades, e alguns desses, vindos do continente Europeu. Portanto, possuíam uma visão de mundo particular, e quando entravam em contato com os modos de vida dos sertanejos, naturalmente os viam como povos com traços muito rudimentares.

Um desses viajantes cronistas foi o Marechal Raymundo José da Cunha Mattos, que percorreu muitas estradas que cortavam o interior do país, que levavam ao desconhecido, ao exótico. Por meio de suas anotações, este foi mais um que contribuiu para que se formasse a ideia do que era o Sertão, ou seja, o interior do país, para os habitantes do litoral e das cidades ditas desenvolvidas.

O modo que o Marechal interpretou o Sertão Goiano e os sentidos que lhe atribuiu, constituiu bases para a formação do ideário de Nação em que o interior é concebido de forma secundária em relação à natureza e cultura do litoral (SARAIVA, 2004; BERTRAN, 2000; LEONARDI, 1996; ARAGÃO, 1994).

2. Cunha Mattos: um Marechal em terras sertanejas

A trajetória de vida do Marechal Cunha Mattos é bem interessante. Nasceu na cidade do Faro, no Algarve, no dia 2 de novembro de 1776, filho de um militar de baixa patente, desde cedo seguiu os caminhos do pai. Estudou na Casa Pia de Lisboa, que era uma instituição laica, onde os jovens entravam em contato com o conhecimento científico da época e com os pensadores Iluministas.

Aos 14 anos de idade assentou Praça na Companhia de Artífices e Ponteiros do Regimento de Artilharia do Algarve, em Faro. A arma escolhida por Cunha Mattos foi muito determinante para formação de sua personalidade e de sua produção literária. Brilhante (2008) ao empreender um estudo histórico sobre a vida do Marechal, descreve que:

As escolas regimentais faziam parte do conjunto de instituições laicas de ensino criadas por Pombal. Seguiam uma concepção prática do conhecimento, oferecendo aulas técnicas especificamente destinadas a capacitar soldados para o bom desempenho de suas atividades. As aulas teóricas e práticas abordavam temas como a movimentação nos campos de batalha, a coleta de informações e o mapeamento de terrenos e regiões (p.51).

Portanto, os aprendizados militares foram bem úteis para sua motivação e capacidade de fazer levantamentos sobre as regiões em que ele habitou.

Aos 17 anos, participando da Divisão Auxiliadora, lutou na Guerra do Roussillon (1793-1795), conflito armado entre a França Revolucionária e a Espanha Absolutista. Devido ao tratado de aliança defensiva assinado entre Portugal e a Espanha anos anteriores, a Coroa Portuguesa enviou para essa região¹ um pequeno contingente para apoiar as tropas espanholas, e Cunha Mattos estava entre os voluntários.

No ano de 1796, embarcou numa flotilha rumo à capitania de São Tomé e Príncipe, para conter um conflito existente naquela ilha. E nessa possessão africana permaneceu por 18 anos. Cunha Mattos viu nessa colônia uma excelente oportunidade para ascender na carreira militar. No momento de sua chegada possuía um posto de

¹ O conflito ocorreu na região limítrofe entre a Espanha e a França.

Cabo de Esquadra, após 10 anos, alcançou a patente de Capitão. Além do mais, assumiu o comando do principal forte dessa Colônia: a Fortaleza de São Sebastião da Barra. Entre os anos de 1805 e 1815 esteve envolvido em questões administrativas, auxiliando e sendo o principal colaborador do governador Luís Joaquim Lisboa (BRILHANTE, 2008).

Entretanto, a permanência naquelas ilhas não seria mais vantajosa para o ambicioso militar. Isolada no Oceano Atlântico, a colônia estava muito distante da capital do reino, além do mais, atravessava uma grave crise econômica; e havia ainda o temor de uma possível revolta dos escravos, ameaçando a governabilidade. Portanto, para alcançar novas promoções, decidiu partir. Seu destino foi a capital do reino, fixada no Novo Mundo, sendo a única sede de uma monarquia européia no continente americano: o Rio de Janeiro.

Durante seus primeiros anos no Brasil, Raimundo José da Cunha Mattos envolveu-se essencialmente em sua carreira militar. Em 1817 foi enviado para Pernambuco, com a missão de combater os rebeldes², que lutavam contra a monarquia. Entretanto, antes de chegar ao teatro de operações, o movimento dos revoltosos fora dominado. Sua missão então passou a ser reorganizar o aparato militar da capitania.

Em virtude de seu bom desempenho no Nordeste, Cunha Mattos foi transferido para o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro em 1819. Durante esse período acompanhou as notícias vindas de Portugal sobre a Revolução do Porto³; testemunhou e participou dos debates da recente imprensa do Brasil, que tentava conciliar os interesses de Portugal e do Brasil no âmbito das Cortes. E por fim a escolha pela independência (QUEIROZ, 2009).

Cunha Mattos aderiu à causa brasileira, declarando-se defensor do novo país independente. Devido a sua proximidade com o Imperador D. Pedro I foi nomeado governador de armas da província de Goiás no início de 1823. Seu governo durou três anos. Nesse período de sua vida, em que se embrenhou pelo interior dos Sertões, Cunha Mattos utilizou-se de sua experiência pessoal para fazer uma detalhada e proveitosa

² Esses rebeldes eram a elite pernambucana que declararam uma República, desafiando o poder monárquico de D. João VI.

³ Movimento revolucionário ocorrido em Portugal em 1820, que tinha como principal objetivo a implantação de uma Constituição, que firmasse um pacto entre o povo e o soberano (BRILHANTE, 2010).

descrição do ambiente em que ele transitava; que vieram a se tornar no presente uma profícua fonte de pesquisa para os historiadores ambientais.

Foi nessa época que o Marechal produziu sua principal obra sobre essa região: a “Corografia Histórica da Província Goiás”. Publicada posteriormente em 1874, essa será analisada mais profundamente no próximo capítulo, onde Cunha Mattos revela suas compreensões sobre o Sertão do país.

Em 1826 foi eleito Deputado por Goiás para a Assembléia Legislativa do Brasil, seu primeiro mandato durou até 1829, sendo reeleito para mais uma legislatura, esta findando em 1833. Foi um Deputado atuante, com ideias bem progressistas para sua época, entretanto seus projetos de lei não foram levados a diante. Em um país agrário e escravocrata, o que se buscava era a continuação dos mesmos meios de produção e de organização social (BRILHANTE, 2008).

Cunha Mattos juntamente com o cônego Januário da Cunha Barbosa criou o Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro, instituição que tem como objetivo o desenvolvimento das ciências humanas. Foi durante o século XIX o principal expoente da produção historiográfica do Império. Estando na Diretoria do Instituto, adoeceu e veio a falecer no dia 23 de Fevereiro de 1839 no Rio de Janeiro aos 62 anos de idade.

Brilhante (2008) ao descrever a personalidade do Marechal afirma que ele:

Era um homem inquieto, que se manteve em constante atividade ao longo da vida. Tal característica pessoal resultou na elaboração de um vasto conjunto de textos de naturezas diversas: memórias, correspondências oficiais, folhetins, discursos e uma considerável obra publicada (p. 4).

Assim, essa pesquisa baseia-se a análise da obra e busca nesse personagem a sua referência para desenvolver o seu trabalho analítico.

2.1 O Contexto Histórico: da transição colonial à independência

Cunha Mattos chegou ao Brasil em 1815, nessa época a capital do Império Português era o Rio de Janeiro, lá estava a Família Real e boa parte de seu corpo

administrativo. Essa mudança ocorrera em 1808, com a vinda de Dom João VI para o Brasil, fugindo das tropas napoleônicas.

Em 1817 ocorreu a Revolução Pernambucana, que se declarando uma república, se mostrara contra a Corte Imperial. Mas logo foi reprimida, entretanto em 1824, Pernambuco novamente se rebela, e em conjunto com as províncias do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte; declara sua independência, constituindo a Confederação do Equador. Novamente os rebeldes são derrotados e seus líderes executados.

No ano de 1820 eclodiu a Revolução do Porto, e o Príncipe Regente D. João VI se vê obrigado a voltar para Portugal, em seu lugar deixou seu filho o Príncipe herdeiro D. Pedro, como regente do Brasil. Esses anos foram de grande instabilidade política, antes da independência, não foram todas as capitânicas que aderiram ao novo governo do príncipe regente.

Em 1822 ocorreu a Independência do Brasil. Nesse momento Portugal perdeu sua maior e mais importante colônia. Segundo Queiroz (2009):

A separação foi fomentada, sobretudo, por grupos envolvidos com a política no Centro-Sul, e não contou com o apoio imediato de muitas províncias do Norte e Nordeste, nas quais prevaleceu à tendência de manutenção de seus vínculos com Lisboa. Foi necessário mais de um ano de luta armada para a adesão, especificamente da Bahia, Pará, Maranhão e Cisplatina, que se negavam a se submeter ao Rio de Janeiro. O processo de constituição de um sentimento nacional foi longo e marcado por muitas contradições (p. 50).

Dom Pedro de Alcântara Bragança e Bourbon passou a ser o imperador do Brasil com título de Dom Pedro I. Logo no início do Reinado, foi convocada a primeira Assembléia Constituinte do país, com o objetivo de elaborar uma Constituição para a Nação. No princípio os constituintes elaboraram um texto que limitava os poderes do Imperador e davam mais autonomia para o Poder Legislativo. Essas atitudes incomodaram D. Pedro I, portanto, este mandou dissolver a Assembléia e com a ajuda de um conselho outorgou em 1824 a primeira Constituição do Brasil, que ficou conhecida popularmente como a “Constituição da Mandioca” (ARRUDA, 1998).

Os principais pontos dessa Carta Política eram: apenas os homens ricos com renda anual equivalente a 150 alqueires de mandioca tinham o direito de votar em seus representantes; somente os homens com uma renda ainda maior, equivalente a 500 alqueires de mandioca poderiam se candidatar aos cargos políticos de deputado e senador; a escravidão seria mantida no Brasil; o governo imperial com sede no Rio de Janeiro concentrava todos os poderes políticos, os governadores das províncias seriam indicados pelo Imperador.

Durante o período em que Cunha Mattos esteve no Brasil (1815-1839), eram muito poucos os brasileiros que sabiam ler e escrever. Por isso, hábitos culturais como leitura de livros e jornais, assim como idas ao teatro ou a concertos musicais eram praticados apenas por uma elite da sociedade. A maior parte dos livros era importada de Portugal. E apenas periódicos eram vendidos, foram os momentos iniciais da imprensa no Brasil. “No ano de 1827, foram criadas as primeiras faculdades de Direito em São Paulo e Olinda” (ARRUDA, 1998). Os advogados formados nessas escolas contribuíram para organizar a vida jurídica e política nacional.

2.2 Goiás no início do século XIX: de capitania à província

A província de Goiás no início do século XIX não figurava entre as mais importantes do recente Império. Devido a sua localização, no Brasil Central, essa província passava por um período de decadência e estagnação econômica. Nessa época, o seu território abrangia os atuais estados de Goiás e Tocantins, e sua capital era Vila Boa, atual cidade de Goiás, também conhecida atualmente como Goiás Velho.

O surgimento de Goiás se deu através das investidas dos Bandeirantes, que partiam da capitania de São Paulo a procura de ouro e outros metais preciosos no interior do país. Nogueira (2008), ao pesquisar a origem da província de Goiás, relata que:

O marco inicial de ocupação seria a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera Filho, que impulsionada pela confirmação da descoberta de ouro em Cuiabá e a consequente abertura de um caminho fluvial que ligava

essa localidade a São Paulo, daí saiu no dia 3 de Julho de 1722, rodeando por três anos os sertões do Planalto Central até finalmente encontrar, em 1725, no sopé da Serra Dourada, ouro no rio Vermelho (p. 6).

Dessa forma, a origem política da Província está intimamente ligada aos interesses econômicos de São Paulo.

A capitania de Goiás foi criada em 1744, mas somente em 1749 toma posse o seu primeiro governador: D. Marcos de Noronha. Antes de sua autonomia, a capitania era parte integrante da Capitania de São Paulo.

O seu surgimento foi determinado em virtude de dois principais fatores: mineração e proteção. O primeiro e, sem dúvida o mais importante, foi o que atraiu a migração de novos colonizadores, ávidos por ouro e riquezas, isso possibilitou a fixação de novos pólos de povoamento e a ocupação da região. O segundo, pouco conhecido, decorria da necessidade de não deixar tão exposta a capitania de Minas Gerais. Esta era uma fonte de enormes riquezas para a Coroa Portuguesa, e os administradores da época não queriam que os vizinhos espanhóis estivessem tão perto de cobiçada fortuna. Portanto, havia a necessidade de uma ocupação que permitisse a configuração de um verdadeiro “antemural da Colônia”, entendido esse termo como se fosse uma barreira que funcionasse como freio a um hipotético avanço espanhol sobre essas áreas (NOGUEIRA, 2008).

Quando Cunha Mattos chega à província de Goiás em 1823, os tempos da mineração já tinham findado. No início do século XIX, a principal atividade econômica passou a ser a produção agropastoril. Houve a ruralização da vida, onde a maioria da população tinha se dispersado pelo campo. De acordo com Nogueira (2008):

A pauta produtiva dos diversos arraiais era basicamente a mesma, visando à auto-suficiência e produzindo principalmente milho, mandioca, farinha, algodão, arroz, feijão, mamona e fumo, o recurso ao trabalho escravo, que era generalizado, indica que proliferaram na província pequenas unidades mercantis escravistas que raramente ultrapassavam os mercados locais dos centros urbanos regionais mais consolidados (p. 10).

Na década de 1820 a população de Goiás estava na casa dos 60.000, dispersos por todo território. Os principais centros urbanos eram Vila Boa e Meia Ponte, onde

estavam cerca de 30% do total de habitantes. Meia Ponte era o antigo nome da cidade de Pirinópolis (NOGUEIRA, 2008).

Em Goiás até o ano 1822 quem exercia o poder eram: o Governador de Armas e a Junta Provisória de Governo. Essa formação foi criada pelas Cortes de Lisboa em 1821, e tinha como objetivo, diminuir o poder do príncipe regente, dando mais autonomia para a capitania. Sendo a Junta formada por 5 ou 7 membros eleitos entre o cidadãos mais célebres e o governador indicado por Lisboa, de maneira que este se reportasse diretamente à metrópole, sem a ingerência do Rio de Janeiro (VIEIRA, 2012).

Após a Independência tal organização continuou, com o novo país, a capitania passou ser uma província. Com Cunha Mattos empossado no cargo de governador de armas, suas atribuições eram:

1) o Governador das Armas está sujeito ao Governo Provisório, podendo dispor da força armada para resguardar a segurança do Império, tendo depois que comunicar o Governo civil dos seus feitos; 2) o Governador é responsável pela arrecadação, limpeza e arranjo do armamento, mas no tocante à distribuição dos mesmos deve dirigir-se ao Governo civil para que seja, então, emitidas às ordens à Junta da Fazenda; 3) o Vedor da Gente (oficial responsável pelo pagamento dos soldos às tropas) está subordinado ao Governador das Armas; 4) as propostas para a promoção dos oficiais dos corpos de Milícia devem ser feitas ao Governador das Armas, que as remeterá ao Governo Provisório para aprovação; 5) as propostas de oficiais para os corpos de linha deve ser enviadas primeiro para o Governador das Armas e esse as entregará ao Governo civil, que, por sua vez, se incumbirá de remeter à Secretaria dos Negócios da Guerra (VIEIRA, 2012, p. 229).

A Lei de 10 de outubro de 1823 alterou tal configuração, extinguiu a Junta Provisória, criando o cargo de Presidente da Província (indicado pelo Imperador), e o Conselho de Província, mas manteve o governador de armas, com poderes diminuídos. A existência de um Governo Civil e um Militar, com uma lei que não determinou exatamente quais eram as competências de cada um, foi uma fonte de desavenças entre Cunha Mattos e os integrantes do Governo Civil.

Goiás possuía nessa época duas comarcas: uma ao Sul (Comarca de Goiás) e uma ao Norte (Comarca de São João das Duas Barras). A primeira onde estava o centro

político-administrativo, era alinhada as capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Foram essas que apoiaram firmemente D. Pedro a declarar a independência, portanto, no Brasil independente, o sul de Goiás era fiel ao novo Imperador. A Comarca situada ao Norte, devido às proximidades geográficas, era alinhada às capitanias do Norte do Brasil, constituído pela Bahia, Pará, Maranhão e Piauí (VIEIRA, 2012). Essas últimas ainda se mantinham fiéis a Lisboa. Por isso durante o processo de formação do Brasil, havia o temor que tropas portuguesas estacionadas no norte do país marchassem para o interior e conquistasse tal região.

Portanto, a indicação de Cunha Mattos para o cargo de Governador de armas da província de Goiás foi determinado pela necessidade de se conseguir alcançar maior governabilidade no recente Império. Com um militar de larga experiência em tal posto, sua missão seria de organizar as tropas locais e defender o Império de eventual ataque por parte dos antigos colonizadores vindos do norte.

A província de Goiás representava uma região isolada, o Sertão cujas narrativas revelam aspectos culturais e ambientais do Brasil em formação (LEONARDI, 1996). Assim, os registros de Cunha Mattos retratam a vida social e cultural de Goiás colonial.

3. Análise da “Corografia Histórica da Província de Goiás”: A visão de Cunha Mattos sobre o homem e a natureza sertanejas

Esse último capítulo destina-se ao estudo da obra produzida pelo Marechal Cunha Mattos. Portanto será analisado o olhar ambiental do Marechal em relação ao Sertão Goiano. Para isso, foi adotado como critério de escolha, trechos em que o autor relata aspectos das experiências com a cultura e o ecossistema. Foi retirado ao longo da obra, fragmentos de texto em que Cunha Mattos expõe de forma direta e indireta a relação entre o ser humano e a natureza. Não se pode esquecer que esse olhar está centrado em uma visão européia em relação ao interior do Brasil.

Sobre essa visão europocêntrica, Bertran (2000) nos adverte que:

A heurística geral é necessária para lê-los é apenas de divisar que, vindos da poderosa Europa industrialista e fisiocrata- que bem ou mal implantou no pequeno continente várias etapas de progresso material, as quais os viajantes e as elites regionais não encontraram aqui- e que passariam a cobrar à população, iludidos com as vantagens de um construtivismo compulsivo (p.202).

Com essa ótica, o trabalho desenvolve a análise sem excluir a condição histórica da visão de Cunha Mattos.

“Chorographia Historica da Provincia de Goyaz”, esse foi o título original. Corografia é um termo que entrou em desuso, era uma área da Geografia que se dedicava ao estudo geográfico de uma região ou de um país em particular. A corografia clássica fazia uma referência mais ou menos da historiografia local, um estudo demográfico e antropológico das povoações descritas. Atualmente, utiliza-se o termo Geografia Regional (LEAL, 2009).

3.1 Descrição histórica e a importância da publicação

O livro produzido por Cunha Mattos foi enviado ao Imperador D. Pedro I em 31 de dezembro de 1824. Entretanto, sua publicação ocorreu 50 anos em 1874 na Revista do então “Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil”.

Durante várias décadas, essa Corografia ficou pouco conhecida e esquecida. Felizmente, no ano de 1979 o governo de Goiás e a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) reeditaram e publicaram a obra de Cunha Mattos. Ainda assim, a localização de um exemplar desse livro não é uma tarefa fácil; demanda pesquisa, persistência e um punhado de sorte.

O livro é composto por duas grandes partes. São elas: “Comarca de Goiás” e “Comarca de São João das Duas Barras”. A partir dessa divisão, Cunha Mattos fez uma descrição de todos os arraiais, freguesias e aldeias existentes na Província. Há uma parte do texto que retrata as características naturais de cada comarca, onde existe um relato sobre os rios, as montanhas, os animais, o clima e as produções vegetais. São nesses segmentos que o Marechal deixa transparecer sua visão socioambiental.

Logo na introdução do livro, Cunha Mattos argumenta que em virtude das dificuldades encontradas por ele no Sertão, não conseguiu produzir uma obra fidedigna à realidade local. Entretanto, sua colaboração representa uma empreitada pioneira que retratava o Sertão Goiano. Tal empreitada constitui-se em um vasto campo de pesquisa para a História Ambiental, uma vez que revela os primórdios da colonização do interior do país e ainda evidencia o modo como esta colonização se deu. Retrata ainda a visão do colonizador sobre a terra que está lavrando.

Nota-se no decorrer da obra uma visão progressista para o período, marcada pela sua formação iluminista, uma vez que o Marechal, já naquela época, visualizava o interior do país com grande potencial para se tornar uma região desenvolvida economicamente.

Uma característica do livro é a frequente descrição dos rios da região. Ele relata os detalhes das margens, a largura que é medida em braças e a profundidade em palmos. Indica quais lugares seriam ideais para se construírem pontes, e condena algumas por julgá-las muito mal feitas. Seria uma sensibilidade ambiental ou preocupação geográfica? Ao se analisar o contexto da obra, observa-se que a ambos existem, Cunha Mattos se encanta com o volume e a vivacidade dos rios. Contudo, sendo um militar europeu que pautava sua vida no pragmatismo, a preocupação geográfica suplantava o interesse socioambiental.

3.2 Análise dos dados historiográficos da obra

Para o desenvolvimento dessa análise foram destacados trechos e expressões retiradas da obra, contendo compreensões que, de acordo com o objetivo da pesquisa, permitam fazer uma análise crítica do olhar ambiental do autor. O pesquisador ao selecionar os relatos, pautou-se pela proposição de Worster (1991), denominadas de terceiro nível, que fazem alusão as significações que as sociedades pretéritas atribuíram a natureza.

Diante desses critérios e considerando que o Marechal viveu circunstâncias históricas em que se produzem diferentes modos de compreensão e significação humana do ambiente (CARVALHO, 2011), extraiu-se trechos para análises e interpretações.

No trecho em seguida, o Marechal comentou sobre a capital da província, que era Vila Boa (atual cidade de Goiás):

As suas águas (principalmente as da fonte da Carioca) são excelentes; a do grande chafariz da praça não é tão boa: alguns atribuem às moléstias que aqui se sofrem à estagnação das águas em um grande açude próximo; outro à água do chafariz grande; e dizem que antigamente fora mui saudável. Estou persuadido de que a malignidade atual da atmosfera e as contínuas moléstias, que se sofrem, procedem do **fumo das queimadas** e do calor delas nos meses em que não chove; das secas rigorosas, e nunca vistas que se tem sentido desde o ano de 1819, das terras alagadas e encharcadas do rio Vermelho e córrego Manoel Gomes, contíguas à cidade (MATTOS, 1979, p. 28-grifos meu).

Nesse relato pode-se observar que Cunha Mattos faz uma descrição do abastecimento de água, salientando que algumas são boas para o consumo e outras nem tanto. Por isso a população é acometida por várias doenças. Ele também faz uma crítica às queimadas. Embora a preocupação com a qualidade do ar da atmosfera seja algo recente na comunidade científica, Cunha Mattos já nessa época se mostra contrário às queimadas, o autor não deixa claro se estas são espontâneas ou provocadas pela ação do homem, por essas serem capazes de causarem muita poluição e doenças respiratórias.

Além do mais, observa-se que essa moléstia que atinge o Cerrado atualmente todos os anos nos períodos da seca, é recorrente desde os tempos do Brasil Colônia.

Nesse outro trecho, Mattos faz uma observação sobre o rio Maranhão: “A passagem do Maranhão por este lado é imediatamente próxima à cachoeira do Machadinho; é larga e profunda: **o rio Maranhão é talvez o mais rico do universo**” (MATTOS, 1979,p. 59-grifo meu).

Considerar esse rio como o mais rico de universo foi uma maneira encontrada pelo Governador de Armas para enaltecer a grandeza e a magnitude de tal fruto da natureza. Para que o leitor tivesse uma dimensão do rio, Mattos utilizou-se dessa metáfora para também demonstrar seu encantamento com a capacidade fluvial do Sertão.

A respeito do terreno da Comarca de Goiás, o Marechal Cunha Mattos relatou: “A natureza do terreno da comarca de Goiás é em extremo variável; em umas partes é riquíssimo, e mui criador; em outros é árido, e pouco próprio para agricultura. As margens dos rios têm grandes matas” (MATTOS, 1979, p. 63). Cunha Mattos nesse trecho traz uma análise bem ao estilo da Gestão Ambiental em relação à agricultura. Demonstrando que algumas partes são possíveis a prática agrícola, e em outras, devido a aridez do solo, não. Para tal interpretação, o Marechal valeu-se de algum conhecimento pedológico, para chegar as suas conclusões. Ele também nos mostra a presença das matas de galeria, importantes para a manutenção dos rios. E interesse notar que Cunha Mattos faz uma distinção entre as diferentes paisagens do Cerrado, algo que atualmente é denominado de fitofisionomia.

Sobre a crescente devastação ambiental ocorrida na região central do país, Cunha Mattos mostrou-se preocupado:

A falta de polícia a respeito das derrubadas das matas, e ainda mais a respeito das queimadas dos campos tem de tal forma estragado as terras da comarca, que antigamente eram um contínuo bosque, que dentro de poucos anos será necessário lançar mão (já se devera há muito ter lançado) dum novo sistema de agricultura (p. 63).

Nota-se aqui que o Marechal tinha uma sensibilidade em relação à conservação das florestas nativas, por isso ele se mostrou insatisfeito com a falta de fiscalização sobre o desmatamento desenfreado. Novamente há uma crítica em relação às queimadas. Ele também faz referência à agricultura predatória da região, que se mostra insustentável. Mattos demonstra nesse trecho uma sensibilidade aos problemas ambientais do Sertão Goiano daquela época, principalmente em relação a cultura agrícola do povo local.

Ainda sobre o terreno de Goiás, Cunha Mattos comenta:

O terreno da comarca da Goiás é quase todo rico, e mui próprio para agricultura e criação; mas os braços úteis são poucos, e os homens não procurarão maneiras de aproveitar as vantagens que espontaneamente lhe oferece a natureza sempre com eles liberal. Uma grande parte do terreno está coberto de arvoredo baixo, **a que chamam de catingas e cerrados**: dizem que não é bom para a agricultura, mas não é bom porque requer trabalho para se cultivar: e isto é que o povo evita quanto pode (p. 63-grifo meu).

Nessa parte do livro o Marechal analisa as potencialidades da Província de Goiás, narrando que existe a possibilidade de se desenvolver uma economia forte e pulsante nessa região do Brasil. Ele cita as palavras Catinga e Cerrado; interessante constatar que naquele tempo histórico já se tinha o conceito de Cerrado, não como um bioma, mas sim como uma fitofisionomia, com sua vegetação característica e peculiar. Isso demonstra que esse nome pode ser tão antigo quanto o nome Sertão. Ademais, sendo um europeu capitalista, ele viu nessa região uma fonte de grandes riquezas. Observa-se uma visão de natureza como fonte de exploração, fenômeno que somente ocorreria em meados do último quarto do século XX.

Cunha Mattos também narrou a falta de interesse que os Goianos tinham para com as atividades laborais. Essa dimensão do comportamento humano apresentado nos escritos de Mattos é um elemento importante de análise para a História Ambiental. De acordo com Worster (1991):

O segundo nível da História Ambiental introduz o domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente. Aqui nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de

recursos naturais. Uma comunidade organizada para pescar no mar pode ter instituições, papéis de gênero ou ritmos sazonais muito distintos dos de um povo que se dedica a criar ovelhas em pastagens nas altas montanhas. O poder de tomar decisões, inclusive as que afetam o ambiente, raramente se distribui de forma igualitária por uma sociedade, de modo que descobrir as configurações do poder faz parte desse nível de análise (p.202).

Portanto, pode-se visualizar que as concepções de Cunha Mattos estavam restritas a um modelo exógeno àquela realidade. As observações do Marechal ao longo do livro retratam como era a relação sociocultural no interior do país em princípios do século XIX sob a sua ótica. Era uma sociedade basicamente agropastoril, marcada pela falta de dinamismo na economia. O modo de vida era muito influenciado pela religião, que ditava o tempo e as costumes da população.

Raymundo José da Cunha Mattos foi um militar de origem portuguesa. Portanto um Europeu que esteve em contato com as grandes empresas comerciais da época; sua percepção industrialista européia influenciou muito suas descrições e compreensões sobre o Sertão. Ao chegar ao interior do país, e encontrar um “deserto verde” com pacatos cidadãos, sua reação natural foi de certo desprezo, preconceito étnico em relação aquela gente “atrasada e preguiçosa”.

Em vários trechos da obra Mattos argumenta que a maior desgraça que assola os homens de Goiás é a preguiça.

O povo de Goiás é dotado de grandes talentos para todas as artes: preguiça, o contentarem-se com o pouco, a lembrança da nobreza e riqueza dos seus maiores, faz que tão extraordinários benefícios da natureza sejam por eles desprezados (p. 69).

Com base nas afirmações acima, e levando-se em conta somente o olhar do Marechal; a sentença seria irrecorrível: os goianos do início do século XIX eram dotados de muita preguiça, não produziam nada, viveram num marasmo sem fim, seus trabalhos serem insignificantes. Podia-se supor que a economia de Goiás era estagnada. Que a província estaria destinada ao fim, e que não restaria ao final do século, sequer uma alma viva para continuar a colonização da região.

Obviamente que tal posicionamento possui alguns equívocos. É preciso analisar todo o contexto histórico e geográfico para não se chegar a uma conclusão errônea. Os

Goianos não de perdoar o Marechal, pois este possuía uma visão europocêntrica, carregada de preconceitos étnicos, por ser um indivíduo formado em um ambiente desenvolvimentista de sociedade e não compreendia a forma de produção dos habitantes locais. Segundo Leonardi (1996), ao se pesquisar o Sertão e sua cultura, deve-se tomar cuidado com o reducionismo:

A vida social no grande sertão brasileiro se construiu, nos séculos XVIII e XIX, a partir de um emaranhado de instituições, processos econômicos, comunicações verbais, formas de comportamento. Buscar esses múltiplos sentidos, é aventura bela e complexa. A história nasce nesses labirintos de criatividade e invenção (p. 309).

Com essa teia de relações, nesse mosaico que é explicar a vida no Sertão, destaca-se também o aspecto econômico.

Goiás passou por uma grave crise econômica durante o governo de armas de Cunha Mattos. Esse colapso era decorrente do fim do ciclo do ouro. O ciclo aurífero goiano foi muito curto, os colonizadores daquela região que outrora buscavam riquezas as margens do rio, encontraram-se naquele momento isolados no Sertão do país, sem nenhuma fonte fácil de renda e distantes em relação aos processos econômicos do litoral.

O Poder Público era na época muito ineficiente. Os programas de fomento para o desenvolvimento econômico eram pífios, um exemplo foi a criação da comarca de São João das Duas Barras ao norte de Goiás, a intenção foi de descentralizar a administração pública, possibilitando um maior desenvolvimento para aquela região da província. As estradas eram lamentáveis. Não passavam de picadas mal feitas e tortuosas, que ligavam arraiais localizados a distâncias extraordinárias uns aos outros (ELEUTÉRIO, 2008) .

Goiás estava a centenas de léguas da capital do Império, que na época era o Rio de Janeiro; o mesmo se poderia constatar em relação aos portos localizados no Oceano Atlântico, únicos entrepostos para a realização de comércio internacional. Além do mais a disponibilidade de tecnologia, mão-de-obra qualificada e capital nessa província era quase zero.

Por isso como seria possível para esse valente povo do Sertão com os recursos disponíveis terem uma economia vibrante como a dos principais centros do país ou do mundo da época? Resposta difícil de ser encontrada. Essa visão de acúmulo, de natureza a ser explorada guiava Cunha Mattos, que não se conformava com tal apatia dos moradores locais. Essa leitura de Mattos sobre os povos do Sertão continua presente na construção do significado de Sertão junto a sociedade brasileira.

Do ponto de vista puramente ambiental, a conservação do meio ambiente, em especial a do Cerrado, seria muito mais eficaz se os habitantes dessa região tivessem mantido as mesmas formas de organização social, onde produziam apenas para a subsistência. Atualmente, encontra-se no estado de Goiás um pujante sistema agropecuário moderno, mas que vem destruindo boa parte do Bioma original.

Cunha Mattos relata o alto potencial hídrico da província de Goiás, ao dizer que: “Nenhuma província do Brasil tem tantas proporções para uma extensa navegação interior como a de Goiás. Os seus numerosos rios são pela maior parte navegáveis, sobretudo no tempo das águas” (p.72). Nota-se a sua preocupação com as condições de navegabilidade. Seria, portanto uma boa opção para o escoamento de uma futura produção e para a chegada de bens comerciáveis úteis àquela região.

Cunha Mattos durante o texto se mostrou bem otimista em relação às adversidades do Sertão Goiano. Segundo ele, bastavam apenas boas ideias e atitudes, além de muita dedicação e trabalho, para que Goiás saísse daquela situação de pobreza e atraso.

Acerca do modelo de agricultura, Cunha Mattos descreve:

Não se cultivava senão em matas virgens ou em capoeiras, fazendo grandes derrubadas e estragos nos bosques, que depois de cultivados duas ou três vezes quando muito, ficam abandonados e as terras em pouso, se é que não toma conta dela o capim cantigueiro, que acaba de destruí-las, ou inutilizá-las. Digo inutilizar e destruir porque nesta província ninguém planta nem semeia senão terra virgem e capoeira grossas, em que se fazem roçados cujas cinzas beneficiam as sementeiras. A foice, o machado e raríssimas vezes a enxada são os únicos instrumentos de que se usa na agricultura; e não poucas vezes me aconteceu entrar em casa de lavradores que não tinham uma enxada (p. 76).

Esse trecho nos mostra as práticas tradicionais de cultivo do solo, em que se escolhe uma área intocada, ou seja, uma mata virgem, em seguida ocorre a retirada da vegetação nativa, o plantio, a colheita, e por último, a área é abandonada e se migra-se para outro trecho de floresta nativa. Denominando-se assim uma agricultura de pousio.

Dessa forma, Cunha Mattos tece uma crítica ao modelo de agricultura utilizado pelos Goianos do início do século XIX, argumentando que persistir com tal método, a devastação seria completa. Além do mais, ele defendeu a ideia de que seria necessário utilizar-se de técnicas mais modernas, que não impactassem tanto os recursos da natureza. Observa-se que o Marechal defendeu a necessidade de implantação de uma agricultura que não destruísse tanto o meio ambiente.

O interessante nesse trecho é a existência de tal posicionamento. Nos dias atuais, a crítica a determinada prática agrícola é comum e recorrente, devido a toda a evolução do pensamento ecológico; de preservação da natureza e do ambientalismo. Entretanto, no caso citado acima, esse posicionamento ocorreu a mais de 180 anos. Época em que a consciência ecológica era mínima. Por isso é inegável que o Marechal Cunha Mattos teve um olhar ambiental sobre o Sertão Goiano, na época de sua estadia por essa região. Além do mais, sendo um Europeu que via no desenvolvimento material a todo custo, o lema que guiava os homens; causa certo espanto essa preocupação com meio ambiente.

No final do trecho, chega a ser cômico o fato de vários lavradores não possuírem enxadas, ferramenta de trabalho no mínimo indispensável para os labores agrícolas. Como um agricultor vive sem uma enxada? Evocam-se duas possíveis respostas: a primeira, um pouco pejorativa e maldosa, seria o fato da preguiça dos goianos serem tamanha, que não teriam nem coragem de manusear uma enxada, deixando as intempéries da natureza fazerem o suado serviço. A segunda resposta, mais plausível e condizente, seria o fato das ferramentas serem produtos de engenhosa fabricação. Para tal produção é necessário o manuseio de metais, muitas vezes o ferro.

Como no Brasil dessa época não existiam indústrias, toda sorte de produtos manufaturados proviam da Europa. Devido à sua localização geográfica, a província de Goiás encontrava-se distante de tudo e de todos. A comunicação ocorria por meio de tropeiros, assim como o comércio de bens industrializados, portanto, o longo trajeto percorrido por uma simples enxada, ao final encarecia demais o seu valor final, impossibilitando sua compra por um pobre lavrador.

Observando os costumes e hábitos dos habitantes locais, Cunha Mattos nos descreve:

Tanto os homens como as senhoras da cidade vestem-se com elegância e com bons gêneros: os dos arraiais são mais simples, mas todos tem asseio e decência nos seus vestidos: o luxo não faz grandes progressos em Goiás; não há partidas de chá, nem jogo: as casas da cidade são sofrivelmente mobiliadas, e se não há melhores ornatos é por motivo da distância a que ficam os portos de mar, e o alto aluguel das bestas de carta (p. 92).

Logo no primeiro trecho há um elogio em relação às vestimentas dos Goianos dessa época; entretanto, após tal observação, começam as considerações. Ele descreve que o luxo não faz grandes progressos em Goiás. Há de supor que Cunha Mattos tinha uma visão preconcebida do que seria luxo. Portanto nesse trecho, o Marechal está comparando as características do povo local, com os modos de vida de outras regiões do país; notadamente do litoral habitado, região mais desenvolvida e rica no Brasil da época.

Nota-se que o seu olhar sobre o Sertão é nitidamente de uma figura provinda do litoral brasileiro. Mattos descreveu essa região, a partir de suas concepções de mundo, portanto para ele, tudo parece atrasado e estagnado. Na última frase, ele salienta a distância da província de Goiás dos portos, sendo uma das responsáveis pela falta de bens sofisticados nesse lugar.

Conclusão

Frente à historicidade das suas leituras, elas representam uma concepção de Sertão, com significações ambientais. Em princípios do século XIX, o Brasil era quase desconhecido do mundo e de si próprio (BERTRAN, 2000), esse relatos tiveram um papel fundamental para a formação do imaginário nacional sobre o Sertão, sobre o Cerrado.

Nesse sentido, os valores e visões empreendidas pelo Marechal também contribuiu para a atual concepção de Cerrado.

O Marechal Raymundo José da Cunha Mattos representou uma elite intelectual do pensamento nacional. Sendo um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em seus escritos narrou sua compreensão de Sertão. Essas concepções viriam a ser fonte primária ou secundária para outros grandes autores que pensaram o conceito de nação como Capistrano de Abreu, Cáo Prado Júnior, Sérgio Buarque do Holanda, entre outros (HORTA, 2005).

Acerca da Corografia Histórica da Província de Goiás, Cunha Mattos tinha uma visão desenvolvimentista em relação a essa região. O Marechal, sendo um europeu que viveu os anos finais do século XVIII e os anos iniciais do século XIX, foi fortemente influenciado pelos acontecimentos de sua época. Nesse período a Revolução Industrial atingiu considerável avanço tecnológico, influenciando diretamente a dinâmica econômica dos países envolvidos nesse processo. Mattos esteve em contato com economias mais avançadas que a do Brasil do século XIX, portanto, regiões onde o capitalismo estava em um estágio mais adiantado. E segundo ele, seria possível o Sertão Goiano entrar nessa nova era de desenvolvimento econômico. Ele não cita a construção de fábricas, mas sim, de uma nova visão nas formas de se enfrentar o trabalho. A natureza era concebida como elemento de apoio ao dito progresso. Para ele o que se deveria seguir era a busca por novos métodos de produção, novas tecnologias.

Em relação a interação ser humano e natureza, o Marechal encarava os goianos como habitantes afortunados com a bela e boa natureza, mas extremamente acomodados. Ele fez várias vezes menções sobre a preguiça que não os deixava retirar todas as maravilhas que a natureza tinha para lhes oferecer. Mattos teve uma visão preconceituosa dos habitantes locais, considerá-los seres não habituados ao trabalho sem considerar a especificidades do meio que os circundavam, é de certa forma uma arbitrariedade. Sendo injusta sua colocação sobre os goianos.

Assim, e considerando as conjunturas historiográficas, é possível evidenciar que houve um olhar ambiental de Cunha Mattos em relação ao Sertão Goiano do início do século XIX. Suas projeções de crescimento econômico se concretizariam 150 anos depois, com o desenvolvimento da agropecuária intensiva, que colocou o Centro-Oeste no mapa da economia nacional. Além da criação de cidades importantes no cenário político, como Brasília, Goiânia e Palmas. Assim como a construção de uma infraestrutura, principalmente rodoviária, e o incentivo a migrações da população de outras regiões do país, trazendo um incremento para economia do Brasil Central.

A devastação e o desmatamento que o Marechal criticou na obra, atingiram cifras altíssimas na atualidade. Em alguns trechos do livro Mattos tinha alertado que se continuasse com as formas de agricultura da época, a destruição seria consequência certa. Tal observação se concretizou no século XX.

Cunha Mattos foi mais um dos pensadores que ajudaram a criar o atual sentimento nacional em relação ao Cerrado. Construções conceituais são formadas ao longo dos anos, com suas interpretações, o Marechal influenciou para se encarar esse Bioma como sendo inferior em relação aos demais do país. Por isso, a maioria da sociedade nacional vê o Cerrado como uma barreira a ser transposta, sua vegetação deve ceder lugar para uma agricultura moderna.

A compreensão do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos em relação ao Cerrado daquela época mostra que no decorrer dos anos, as interpretações sobre uma determinada região modificam-se em um processo contínuo. Assim como nas sociedades humanas ocorrem mutações, também suas relações com o meio natural que o circundam modificam-se continuamente.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Karulleila dos Santos. Saint-Hilaire, Pohl, Gardner E Castelnau **A exoticalização da província de Goiás e a grafia dos topônimos**. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e linguísticos. Rio de Janeiro, 2008.

ARAGÃO, Luiz Tarley de. “Ocupação humana no cerrado de Brasília”. In: PINTO, Maria Novaes. **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: UnB/Sematec, 1993.1994.

ARRUDA, José Robson. **História Total**. São Paulo: Editora Ática, 1998. v. 4.

BARBO, L. C; Schlee, A. R. **Caminhos e cartografia. Estradas ancestrais na capitania de Goiás no século XIX**. Anais do IV Simpósio Luso – Brasileiro de Cartografia Histórica. Novembro de 2011.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador**. Brasília: Verano, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CARVALHO, I. C. M. Uma História Social das relações com a natureza in: CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 5. Ed – São Paulo; Cortez, 2011. P.84-104.

DRUMMOND, José agosto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

DRUMMOND, José Augusto. **Por que estudar a história ambiental do Brasil? — ensaio temático**. Varia História. Rio de janeiro, 2002. p. 13 – 31.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ELEUTÉRIO, Robson; MAGALHÃES, Luiz Ricardo. **Estrada geral do sertão: na rota doas nascentes**. Brasília: Ed. Terra MatterBrasilis, 2008.

FRANCO José Luiz de A.; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 -1940**. Rio de Janeiro, Ed: Fiocruz, 2009.

HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. (org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas, NEPO/UNICAMP: PRONEX, 2002, p. 149-174.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. C.; CARMO, R. L. Uso do solo e mudança de sua cobertura no Centro-Oeste do Brasil: consequências demográficas, sociais e ambientais. In: HOGAN, D. J.; KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. **A conservação do Cerrado brasileiro**. Belo Horizonte, Megadiversidade, v. 1, n. 1, jul. 2005, p. 148-155.

KLINK, C. A.; MOREIRA, A. G. Past and current human occupation and land-use. In: OLIVEIRA, P. S.; MARQUIS, R.J. (org.). **The Cerrado of Brazil: Ecology and natural history of a neotropical savanna**. New York, Columbia University Press, 2002, p. 69-88, 424 p.

LEAL, Fabiana Machado. **Geografia: Ciência Corográfica e Ciência Corológica**, disponível em <<http://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/fabiana-machado-leal1.pdf>> Universidade de São Paulo, 2009.

LEONARDI, Victor. História e Sertão. In: **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, Paralelo 15, 1996, p. 307-321).

MACHADO, R.B.; RAMOS NETO, M.B.; PEREIRA, P.G.P.; CALDAS, E.F.; GONÇALVES, D.A.; SANTOS, N.S.; TABOR, K.; STEININGER, M. **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro**. Brasília, Conservation Internacional, 23 p.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil – pesquisa e ensino**. São Paulo. Cortez, 2006.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Corografia Históricada província de Goiás**. Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil. 1874. Sudeco, Governo de Goiás, 1979.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) (1999) Agenda 21 Brasileira – Agricultura sustentável – Produto 3 / Versão final. Museu Emílio Goeldi / USP-PROCAM / ATECH. (disponível em www.fea.unicamp.br/docentes/ortega/curso/docfinal.rtf).

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. London, Nature, v. 403, fev. 2000, p.853-858.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. **A conquista do Brasil central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. 2008.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados, São Paulo, ano 24n. 68, p 81- 101, 2010.

QUEIROZ, Bianca Martins. **Raimundo José Da Cunha Matos (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”**. Juiz de Fora, 2009. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora.

RIBEIRO, Eder da Silva. **O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade no Primeiro Reinado (1826 – 1831)**. Niterói, 2010. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O progresso rumo ao sertão. A desencantadora ação da ciência no sertão mineiro. In: RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 345 – 372.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. **Nos caminhos do império: a trajetória de Raymundo José da Cunha Mattos**. Brasília, 2008. Tese de doutorado. Universidade de Brasília.

SANO, E. E.; FERREIRA, L. G. **Monitoramento semi-detalhado (escala 1:250.000) de ocupação de solos do cerrado: considerações e proposta metodológica**. Anais do XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, INPE, 16-21 abril 2005, p. 3309-3316.

SANO, E. E.; ROSA, R.; BRITO, J. L. S. ; FERREIRA, L. G. **Mapeamento semi-detalhado do uso da terra do Bioma Cerrado**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 43, n. 1, jan. 2008, p.153-156.

SARAIVA, Regina Coelly F. “Sertão, cerrado e identidades”. In: **Cadernos do CEAM**. Vol. 15, Brasília: Universidade de Brasília, 2004, p. 78-87.

SILVA, Cleube Alves. **OS XERENTE E OS “OUTROS”:** contatos e vivências no médio rio Tocantins (1739-1999). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 2011.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822 – 1834).** São Paulo, 2006. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.

SOFFIATI, Arthur. **Como concebo a história ambiental.** Campos dos Goytacazes: Folha da Manhã. 24 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.historiaambiental.org/?p=554>.

VIEIRA Martha Victor. **Cunha Mattos: entre a pena e a espada.** Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, Cidade. Vol. 7 Janeiro/ Fevereiro/ Março/ Abril de 2010.

VIEIRA, Martha Victor. **As idéias de Raimundo José da Cunha Mattos sobre o Estado Imperial brasileiro.** Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

VIEIRA, Martha Victor. **Cunha Mattos em Goiás: os conflitos de jurisdição entre o governo das armas e o governo civil (1823-1826).** Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez. 2012.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, \101. 4, n. 8. 1991, p. 198-215.